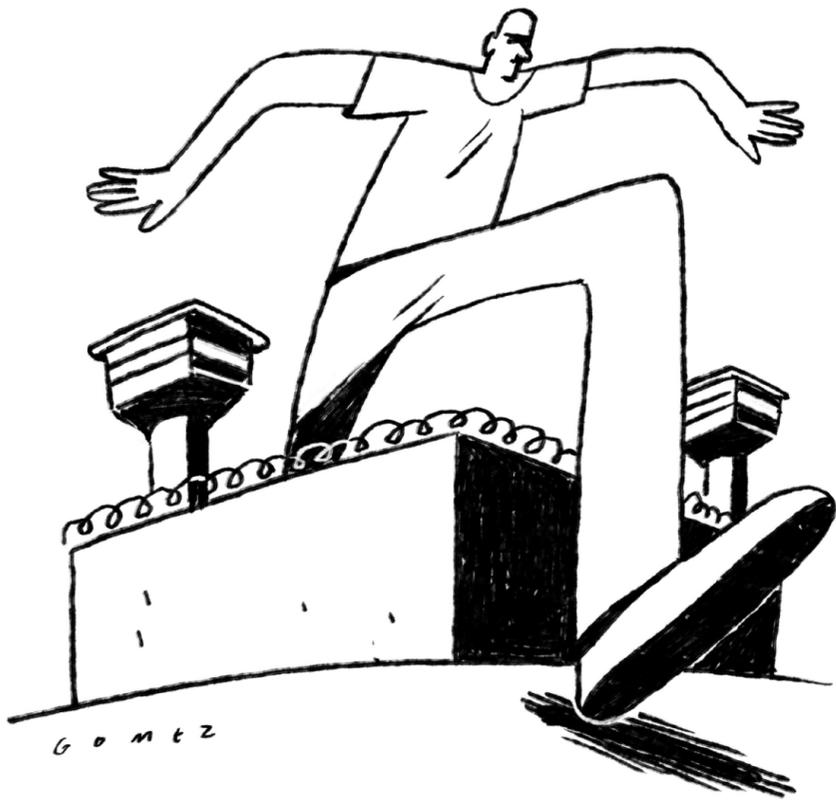


# A curiosa fuga de Mossoró

» MARCO BUZZI  
Ministro do Superior Tribunal de Justiça



Em boa parte dos países, assiste-se ao retorno da covid ceifando milhares de vidas e, muito embora já sejam amplamente conhecidos os recursos para fazer face a tal crise, os setores responsáveis por esse enfrentamento não conseguem eliminar o vírus. Daí que novas mortes, mesmo em ritmo menor do que outrora, vão engordando a lista dos féretros, tanto nas casas dos ricos, como nas dos pobres. O mesmo pode-se dizer, no que aflige mais especificamente o Brasil, da emergência de saúde relacionada à dengue.

Mesmo tendo ciência de quais sejam as providências necessárias para evitar as catástrofes que aí estão abalando o meio ambiente, seja nos rios e oceanos, nas planícies desérticas ou nas grandes florestas e, agora, inclusive, nas bordas das grandes cidades, outrora identificadas as causas, nota-se que as populações de todo o planeta vivenciam seus desastres locais e pelos telejornais acompanham os que ocorrem em outros continentes. E, nesse ponto, igualmente não há um “facere” que evite novas desgraças.

Todos reprovam práticas de extermínio de populações, de discriminação potencializada no ceifar de vidas humanas, ultrapassando, assim, os meros discursos ante órgãos

internacionais, sem que, todavia, consigamos ir além da perplexidade em si. Por vezes, ainda que um pouco aos atropalhos, manifestamos duras críticas ante o extermínio de vidas ocorrido nas guerras, nas ocupações de faixas de terras, sem conseguir contar, aqui também, com medidas eficazes, que pesem os órgãos internacionais já existentes, competentes para tentar evitar tais barbaridades.

Também não são felizes os episódios verificados em vários países, onde grupos marginais, sem a menor cerimônia e temor ao Estado, entram em residências, estabelecimentos comerciais, agências de bancos internacionais e, de “cara limpa”, armas em punho, sem receio das câmeras de segurança, cometem assaltos milionários.

Sim, poderíamos digitar páginas alistando crimes impunes, desgraças anunciadas e não evitadas, promovendo reflexões sobre assuntos já tantas vezes focados. Todavia, e queira Deus esteja este subscritor equivocado, ante tantas notícias chocantes, nenhuma delas supera, ao menos em termos de curiosidade, aquela da fuga, ocorrida há poucos dias, de uma das nossas penitenciárias de segurança máxima.

A intenção não é polemizar. É evidente que a falta de remédios e de próteses nas linhas de

emergências dos atendimentos hospitalares é algo muito mais relevante, bem como a falta de vagas nas escolas básicas, nos cursos elementares. Sim, em tudo, tais mazelas são mais importantes. Mas, convenhamos, santo Deus, em uma penitenciária de segurança máxima, valendo-se de uma barra de ferro, os detentos conseguem alargar o buraco da iluminação (artificial) das celas e, pronto, lépidos e fagueiros, ganham as vias públicas. Assim, de imediato.

Diante do acontecido, é de se acreditar que nossa população já tenha, ao menos, uma certeza e uma dúvida. A certeza é a de que a “trupe” do crime organizado está festejando e fazendo chacota. Já a dúvida é tocante aos resultados das apurações de responsabilidades. Outra vez ocorre a ideia de reformular o sistema, sugerindo-se adotar solução própria, como ocorreu, com sucesso, no caso da ponte que caiu, na localidade do Rio das Antas, no Rio Grande do Sul, onde a comunidade resolveu, e bem, a questão. Aliás, essa é a ideia ora proposta, pois a iniciativa privada, também nessa frente, seria muito mais efetiva.

No Ministério da Justiça, Lewandowski inicia agora sua gestão. Habitado a grandes e intrincadas peleias, solucionará mais essa. Cordial no trato, não brinca em serviço. É eficiente!

## Eleições municipais e as redes sociais

» ORLANDO THOMÉ CORDEIRO  
Consultor em estratégia

*Eu quero entrar na rede  
Promover um debate  
Juntar via internet  
Um grupo de tietes de Connecticut*

Esses versos são da música *Pela Internet*, do genial Gilberto Gil, lançada em 1996, há 28 anos. Ele foi o primeiro artista brasileiro a transmitir um show ao vivo pela internet. Naquele tempo, a internet era vista como o grande ambiente para promover debates, conversas, compartilhar conhecimentos. Com o passar dos anos, o modelo de negócio das big techs acabou provocando uma deformação do papel inicialmente sonhado.

Como é de conhecimento público, a primeira utilização das redes sociais diretamente para a ação política foi na campanha de Barack Obama à Presidência dos Estados Unidos em 2008, uma estratégia absolutamente decisiva para sua vitória. De lá pra cá, tornou-se obrigatório atuar nesse universo em qualquer disputa eleitoral.

Outro ponto de inflexão nessa trajetória acontece em 2016, nas campanhas vitoriosas conduzidas pelos estrategistas que assessoraram os defensores do Brexit e a candidatura de Donald Trump, muito bem retratadas no livro *Os Engenheiros do Caos*, de Giuliano da Empoli. Sobre o tema, reproduzo a seguir o que escrevi na coluna publicada em 6/3/2020:

“O autor consegue identificar aspectos comuns na forma de atuação desses estrategistas. Destaco três deles:

1) a percepção de que os algoritmos das redes sociais são baseados na cultura do engajamento e não da intermediação; ou seja,

valem mais as publicações que têm maior número de curtidas e compartilhamentos, independentemente dos conteúdos;

2) a combinação de formas de comunicação que tanto exploram as emoções negativas das pessoas e grupos quanto são capazes de mostrar seu lado festivo e libertário por meio do escárnio; afinal, como pontua o autor, nada mais devastador para a autoridade que o impertinente, que a transforma em objeto do ridículo;

3) a compreensão de que, a partir da ação em massa nas redes sociais, a política deixa de ser centrípeta para ser centrífuga, substituindo a lógica “direita x esquerda” pela lógica “povo x elites”; ou seja, a ideia é trabalhar os extremos a partir da revolta e da frustração latentes nas sociedades”.

Desde então, a batalha política nas redes passou a ser baseada nessa característica e nada indica que teremos alterações significativas em curto prazo. Posto isso, qual será a dimensão da influência das redes sociais nas eleições de outubro próximo?

Como expus na coluna do mês passado, a resposta a essa questão não é uniforme e dependerá do perfil dos municípios. Certamente, naqueles 212 com mais de 100 mil eleitores, o papel das redes terá maior peso, com um verdadeiro enxame de publicações associadas aos polos que têm hegemonização 90% do eleitorado nacional.

Porém, com base na minha experiência nos últimos anos, na relação profissional com especialistas que se dedicam a atuar nessa seara, elenco a seguir algumas questões que costumam angustiar candidatos e candidatas, especialmente para cargos no Legislativo.

Primeira questão: qual a taxa de conversão

em voto decorrente do trabalho nas redes sociais? Bem, até hoje ninguém consegue ter uma resposta segura. E, a meu ver, a razão para isso não é fruto de eventual falta de competência técnica, mas simplesmente porque somente os responsáveis pela construção e gestão dos algoritmos saberiam responder, ou seja, as big techs.

Segunda questão: ter grande número de seguidores é imprescindível? Há casos de candidatos que tinham muito pouco seguidores, mas conseguiram se eleger. Por outro lado, muitos candidatos com volume expressivo de seguidores converteram pouco mais de 10% em votos e não se elegeram. Posso afirmar que, também nesses casos, não temos disponíveis informações definitivas.

Terceira questão: um grande volume de visualizações de vídeos é caminho para uma votação expressiva? Aqui, há uma sutileza para a qual muita gente não dá a devida atenção. É comum ver candidatos e equipes comemorando um número gigantesco de visualizações, mas se esquecem de verificar o tempo que as pessoas ficam assistindo. Na maioria dos casos não passam dos primeiros 3 segundos!

Conquistar voto é uma tarefa árdua que depende de muito trabalho desde o período da pré-campanha. Não tem solução mágica. Minha recomendação a candidatos e candidatas é: atuem nas redes sociais com apoio de profissionais competentes, mas, sem gastar sola de sapato, dificilmente obterão a tão sonhada vitória.

No fim de março, trataremos de outro tema palpitante para quem se envolve com política eleitoral: campanha em rádio e TV ainda tem peso?

## Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

## Distante da civilização

Para onde deveria caminhar o Brasil neste século 21? Eis uma questão, que, à primeira vista, parece complexa, diante de um mundo com tantos problemas a resolver. Mas, de modo geral, segundo aqueles que entendem desses assuntos estratégicos, o nosso país deveria, seguindo suas características ou aquilo que chamam de destino prático, encaminhar-se para consolidar seus potenciais recursos e vocações naturais. Tudo isso se faria por meio da ampliação de um modelo de desenvolvimento sustentável, com o intuito de fortalecer um regime que traga, ao mesmo tempo, segurança energética, respeito ambiental e, sobretudo, um modelo que assegure a alimentação dos brasileiros e dos clientes de seus produtos. Enveredar por um caminho que parece desenhado para ele.

Isso é, caso o atual governo entenda, de fato, as potencialidades do país, e compreenda, como ninguém, como está se desenhando o mundo à nossa volta. Uma primeira providência que se abre é o estabelecimento de parcerias corretas, que visem somar, e não subtrair ou sabotar nosso conjunto de vocações. A questão foge muito de alinhamentos com base ideológicas, que, embora possam interessar a alguns governos, são desaconselhadas pela imensa maioria daqueles que realmente produzem.

Com base nessas premissas, seguindo a trilha que comprova que geografia é destino, faz-se urgente ainda retomar o pleno alinhamento com o Ocidente — principalmente com as verdadeiras democracias dessa parte do globo, não deixando de lado, obviamente, o Japão, a Austrália e outros países onde a democracia é a linha mestra de governos.

Essa preocupação se prende ao fato de que só pode haver desenvolvimento econômico pleno com a elevação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) sob a égide de democracias. Somente as democracias do tipo capitalista, que seguem a economia de mercado, tiveram o gáudio de harmonizar esses dois elementos, obtendo êxitos extraordinários.

Infelizmente, temos que reconhecer que o Brasil, nos últimos tempos, parece se encaminhar para o sentido oposto, transformando-se numa espécie de antagonista do mundo Ocidental e de seus valores históricos e morais, para entrar numa espécie de caverna primitiva, distante da civilização. Não é por esse caminho que devemos seguir. Parcerias comerciais e de outros gêneros também não devem ser firmadas com países que desprezam a democracia e a usam apenas como fachada falsa de loja de bugigangas. O país, acima de tudo, deve prezar pela qualidade moral de suas parcerias, aliando-se a nações que têm, entre seus ideais, a busca pelo humanismo, pela ética e pela valorização da cidadania.

Muitos analistas políticos vêm, atualmente, chamando a atenção ao perigo que representa, para o futuro imediato do Brasil, aliar-se a potências notoriamente contrárias ao Ocidente e aos ideais da democracia. Trata-se de reconhecer que a economia de mercado exclui, logo de cara, as tentativas insanas de reinvenção da roda quadrada. Em outras palavras, juntar-se a ditaduras, de qualquer espécie, mesmo no âmbito restrito e frio do comércio, é um prejuízo certo. Quem não tem condescendência e benignidade para tratar com humanidade seus próprios cidadãos e conterrâneos, não terá também qualquer comisseração para firmar parceria econômica com quem quer que seja. Ou é isso ou a volta às cavernas.

### » A frase que foi pronunciada

“Há pouca esperança para a democracia, se os corações dos homens e das mulheres nas sociedades democráticas não puderem ser tocados por um apelo a algo maior do que eles próprios.”

Margareth Thatcher

### Perde-perde

» No parágrafo conclusivo de um dos relatórios apresentados na conferência, na capital da Baviera, veio o que parece ser o ponto de partida para uma mudança de norte no mundo. Disse o documento: “Neste momento, existe um risco real de que, cada vez mais, países acabem numa situação em que todos perdem, que já não tem a ver com quem ganha mais, mas apenas com quem perde menos” — *Relatório de Segurança de Munique 2024.*

### A semente

» “Não vamos alterar essa tradição de respeitar a independência e a segurança de países estrangeiros. Somos conscientes das mudanças que o mundo vem sofrendo, apesar de um senso realístico das potencialidades das nossas oportunidades. Pensamos em parcerias que construam uma justa e democrática ordem mundial; que venham trazer prosperidade e segurança para todos, e não apenas para alguns.” Discurso de Putin, na Conferência de Munique em 2007.

### » História de Brasília

*Será iniciada nestes dias, a construção da via de acesso ao Posto de Assistência e Segurança Pública das Superquadras 108-208. É preciso, entretanto, que se evite o tráfego direto, como está sendo feito, desrespeitando a interrupção da W-1. (Publicada em 3/4/1962)*